

PKS

REVISTA ENSINO DE GEOGRAFIA

OJS

PUBLIC

(RECIFE)

OPEN

KNOWLEDGE

JOURNAL

PROJECT

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia>

SYSTEMS

ESTABELECENDO DIÁLOGOS ENTRE A ECOCIDADANIA E A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CONVERGÊNCIAS COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Lucas Antônio Viana Botêlho

Doutorando em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo

lucasviana.botelho@gmail.com

Artigo recebido em 03/01/2018 e aceito em 15/01/2018

RESUMO: O objetivo central do presente artigo é problematizar o ensino de Geografia, a partir do debate da ecocidadania, possibilitando interações dialógicas entre a escola/sala de aula e a vida/cotidiano. Desta feita, faz-se uma análise reflexiva com vista a construção de um estado do conhecimento sobre a temática proposta. O ensino de Geografia, tendo a motivação de fomentar a cidadania, precisa problematizar as questões inerentes ao processo formativo e a capacidade do aluno, enquanto sujeito social inserido em um cotidiano. Logo, desponta na sala de aula a oportunidade de tratar a ecocidadania, através do ensino de Geografia, conduzindo o aluno a um pensamento crítico e reflexivo sobre as problemáticas socioambientais que afetam sua vivência cotidiana, de forma ativa e corresponsável.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem. Educação geográfica. Ecocidadania.

ESTABLISHING DIALOGUES BETWEEN ECOCITY AND GEOGRAPHICAL EDUCATION: CONVERGENCES WITH ENVIRONMENTAL EDUCATION

ABSTRACT: The central objective of this article is to problematize the teaching of Geography, starting from the debate of ecocity, allowing dialogic interactions between school / classroom and daily life. This time, a reflexive analysis is done with the aim of constructing a state of knowledge about the proposed theme. The teaching of Geography, having the motivation to foster citizenship, needs to problematize the issues inherent to the formative process and the capacity of the student, as a social subject inserted in a daily life. Therefore, the opportunity to address eco-citizenship through the teaching of geography emerges in the classroom, leading the student to a critical and reflexive thinking about the socio-environmental problems that affect his everyday life in an active and co-responsible way.

Keywords: Teaching-learning. Geographical education. Ecocity.

1. INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia, na escola, visa contribuir para com a formação do cidadão, em suas múltiplas esferas e escalas da ação. Esta cidadania deve estar pautada num processo que não apenas dirija-se ao âmbito legislativo, mas que possibilite a sensibilização e a conscientização, as quais permitem aos sujeitos a compreensão e sua atuação sobre o meio onde estão inseridos, tal como defendem Pereira e Ferreira (2008).

Exercer a cidadania, indo além dos aspectos meramente legais do conjunto de direitos e de deveres, é partilhar e dividir com todos os indivíduos o poder de decisão sobre a produção e consumo de bens materiais e culturais de interesse comum a toda a humanidade. O sujeito consciente de sua missão social é o sujeito igualmente consciente de sua missão ecológica, de sua responsabilidade com todos os outros seres humanos. (PEREIRA e FERREIRA, 2008, p. 17).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998), a Geografia contribui para a formação do cidadão desde a escola, servindo como instrumento para conduzi-lo a pensar a partir e sobre as questões socioespaciais. No entanto, não se trata apenas de pensar, ou seja, refletir, mas sim atuar, tornar-se um sujeito de práxis. Logo, a educação geográfica tem o papel de conduzir o aluno a não apenas apossar-se de conhecimentos, mas que o mesmo consiga tornar-se atuante sobre as questões que o circundam cotidianamente.

O lugar do aluno, ou seja, o espaço que lhe é comum cotidianamente e com o qual se relaciona, estabelecendo relações socioafetivas, transforma-se num *locus* de análise tanto do professor como do aluno, pois ambos podem e devem recorrer a este para visualizar a forma como os conteúdos adquirem materialidade. Ou seja, não é apenas deter-se à sala de aula, esquecendo que nela estão inseridas pessoas que vivenciam questões comuns do cotidiano, as quais possibilitam a mediação da aprendizagem e a construção de significados relevantes a abordagem dos conteúdos.

Desta forma, este artigo objetiva problematizar o ensino de Geografia, a partir do debate da ecocidadania, possibilitando interações dialógicas entre a escola/sala de aula e a vida/cotidiano. Para tanto, faz-se uma análise reflexiva com vista a construção de um estado do conhecimento sobre a temática proposta, a qual está ancorada ao Grupo de Pesquisa Educação Geográfica, Cultura Escolar e Inovação (GPECI-UFPE). Reflete-se

aqui sobre a educação geográfica, enquanto processo que viabiliza a formação ecocidadã, fomentando posturas crítico-reflexivas na contemporaneidade.

O processo de ensino-aprendizagem em Geografia precisa buscar efetivar no aluno a descoberta da ecocidadania, sensibilizando o discente a assumir uma postura crítico-reflexiva e atuante, diante das problemáticas socioambientais que provocam as instabilidades no meio, gerando, entre outras questões, o desconforto ambiental e a perda da qualidade de vida local, além da crise socioecológica global, tal como defende JACOBI (2003).

2. A ECOCIDADANIA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: buscando significados e sentidos

A escola é o local onde a cidadania começa a ser construída. Segundo Cavalcanti (2010) a escola é reprodutora das relações sociais e, por conseguinte, também fomentadora de sentidos a respeito da vida em sociedade e do senso de vida coletiva, a partir de uma mobilização dos sujeitos. Essas perspectivas são conhecidas e difundidas, no entanto não estão em pleno movimento de realização das atividades da instituição escolar, ou seja, em seu planejamento, execução e análise das práticas desempenhadas. Persiste-se ainda num ensino mecanicista e tradicional, segundo Vesentini (2008), onde o aluno é visto como um receptáculo de conhecimento e o professor como um difusor do saber.

Há uma necessidade de se caminhar em direção a propostas de ensino que mobilizem professores e alunos para um processo de ensino-aprendizagem de forma dialógica. Nesta perspectiva, ambos conseguem construir em conjunto os conhecimentos inerentes ao ato de ensinar e ao processo de aprender nesta disciplina. Isto se faz necessário cada vez mais, tendo em vista o paradigma educativo contemporâneo não mais compreende a visão tradicionalista de que o aluno seria um objeto a ser construído. Lache (2012) afirma o quanto ainda a educação geográfica escolar precisa caminhar para romper com um fazer mecanicista/tecnicista, onde o ensino não potencializa um pensamento crítico acerca das problemáticas socioespaciais.

Nos colégios se insiste em traçar e colorir mapas, atividade que não leva a construir aprendizagens significativas, nem ao menos a identificar contextos e problemáticas sociais que potenciam pensamento crítico, predominando um ensino enviesado e reducionista da Geografia. (LACHE, 2012, p. 113)

Morin (2003, p. 65) defende que “A EDUCAÇÃO deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão.”, logo o ensino, ou seja, a educação como um todo deve estruturar-se e dirigir-se a formação cidadã, tanto no que diz respeito a construção do conhecimento que lhe permita isto quanto no tocante ao fato de permitir habilidades e competências para a vida coletiva em sociedade, através do exercício consciente da cidadania.

No âmbito do ensino de Geografia, segundo Cavalcanti (2010) e Carlos (2003), é necessário constituir um processo em que se abra espaço para o exercício da crítica e da reflexão, de modo a fomentar um pensamento não reducionista da realidade. Diante disto, o ato de ensinar não deve resumir-se apenas à transmissão do conhecimento de forma unilateral, ou seja, o processo de aprendizagem precisa estar pautado pelo diálogo com o aluno, com o reconhecimento de sua condição humana, segundo Morin (2003), além de partir de seu cotidiano para mediar a aprendizagem em Geografia, segundo Cavalcanti (2010).

Possibilitar a cidadania na escola e através do ensino de Geografia, como preveem os PCN de Geografia (BRASIL, 1998), é um dever contemporâneo do ensino, que tem buscado um movimento de renovação desde o final do século XX, quando se ampliou a preocupação com o ensino de Geografia no âmbito das pesquisas acadêmicas de graduação e pós-graduação. Tal movimento lançou as bases de um redimensionamento da prática e da formação docente, assim como do currículo de Geografia, abrindo-se espaço, inclusive, às peculiaridades regionais e às posturas oriundas do pensamento crítico-reflexivo, influenciado pela corrente crítica da Geografia, segundo Vesentini (2008).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p. 5).

Estas mudanças fizeram avançar o ensino de Geografia nas escolas e na concepção que dele se fazia no âmbito da universidade. Os estudos que vieram sendo feitos ao longo do desenvolvimento e do consenso sobre a educação geográfica, conforme nos aponta Cavalcanti (2010), afirmaram o papel desta disciplina como uma das áreas do conhecimento que podem e devem contribuir para a formação do aluno como sujeito social

e cidadão. Ou seja, passa-se a humanizar o ensino, partindo do conhecimento do aluno, que não mais seria enxergado como objeto da escola, para mediar novas possibilidades no ato do ensinar e o processo que compreende o aprender.

Esta proposta, portanto, passa a permitir um trabalho mais aproximado da realidade, dos contextos e das falas dos sujeitos. A cidadania torna-se não apenas compreendida como algo a ser aprendido de forma técnica, mas algo a ser construído dialogicamente entre professor e aluno. É neste momento, acredita-se, que cabe a aproximação e há uma convergência com a proposta da ecocidadania.

A ecocidadania, como paradigma socioeducacional pós-moderno, segundo Soffiati (2008), propõe um repensar das atividades humanas e da relação do homem com o meio para além das boas práticas, como a educação ambiental tanto apregoou. Nesta perspectiva, este paradigma traz uma preocupação em fomentar práticas, posturas e discursos críticos e reflexivos sustentavelmente conscientes da realidade na qual os sujeitos se inserem, partindo do âmbito local e visando o global.

Segundo Pereira e Ferreira (2008), a ecocidadania conduz a um quadro de análise do real para o real, ou seja, elucida os aspectos e fatores que construíram e constroem o contexto dos indivíduos, alertando-os sobre os aspectos negativos que prejudicam sua qualidade de vida e bem-estar social neste mesmo contexto.

O ecocidadão é a pessoa consciente e que busca qualidade de vida no planeta Terra. É o indivíduo sintonizado com as questões da escassez da água, com o desmatamento crescente, com a caça predatória e o tráfico de animais, com os problemas decorrentes do modelo de consumo adotado por uma determinada sociedade, que descarta mais e mais lixo no planeta, que contamina o ar que todos respiram e que altera as condições climáticas, que polui rios, mananciais e mares. (PEREIRA e FERREIRA, 2008, p. 17)

A ecocidadania pode ser comparada, por conseguinte, ao próprio movimento de renovação e ressignificação do ensino de Geografia na escola. Ela traz a perspectiva do sujeito, do cidadão, de fato, que exerce seu poder crítico-reflexivo e age sobre o meio. O ensino de Geografia vem tratando disto, buscando se situar dentro deste paradigma educacional inovador e desafiador, em que a escola passa a assumir o papel de instituição social e não mais de detentora ou “templo” do conhecimento (LACHE, 2012).

Neste sentido, caminha-se para a promoção da autonomia dos sujeitos, tendo em vista que a cidadania não se dá a partir de algo a ser transmitido, mas construído a partir do diálogo. Botelho (2015) ressalta a significância e a representatividade que o ensino através

da perspectiva da ecocidadania, enquanto promotor de posturas crítico-reflexivas e da autonomia, viabiliza.

É neste sentido que se produz a ecocidadania, como paradigma pós-moderno da educação ambiental, mediante a crise socioecológica (JACOBI, 2005), o qual anuncia a reflexão acerca da reprodução, da midiaticização e do direito do cidadão, o direito ecológico. Tal proposição conduz, conseqüentemente, a autonomia do indivíduo, enquanto sujeito social, pois o ato de repensar a configuração do espaço e os diversos (divergentes e convergentes) processos que o produzem, gerando suas problemáticas, permite ao sujeito social a compreensão dos fenômenos, não de forma manipulada/reguladora (SANTOS, 2005), mas reflexiva e, portanto, cidadã (JACOBI, 2005; LAYARARGUES, 2006; VESENTINI, 2008). (BOTÊLHO, 2015, p. 42)

Olhar para o ensino de Geografia, através da ótica da ecocidadania, permite um trabalho frutuoso, tendo em vista que a Geografia é uma ciência que se insere num diálogo entre sociedade e natureza, ou seja, seu objetivo advém da relação dialógica entre a dimensão da sociedade e sua intersecção com a dimensão da natureza, segundo Suertegaray (2003). Na escola, sobretudo, é importante retratar o quanto as dinâmicas que ambas as dimensões apresentam se interceptam, gerando diversas problemáticas, as quais tornam-se objeto de investigação na escola. O aluno vivencia estas questões, ele as compreende, ainda que de modo assistemático.

Não se pode compreender o homem fora do meio e vice-versa, pois ambos influenciam-se mutuamente. Daí também decorre a importância de a Geografia escolar conduzir o aluno a ser um ecocidadão, pois este se torna consciente de seu papel social, na medida em que compreende os efeitos da crise socioecológica nas mais diferentes escalas de ocorrência, agindo de modo a mitigar seus efeitos (JACOBI, 2003; SOFFIATI, 2008).

O ensino da Geografia busca firmar uma proposta que possibilite a construção do conhecimento, mobilizando o aluno à compreensão da sociedade de uma forma ampla, partindo de suas problemáticas e dilemas para fomentar o senso de cidadania e de responsabilidade social. De igual modo, tratar a ecocidadania na escola visa contribuir para que o aluno torne-se conhecedor das problemáticas advindas dos descompassos entre sociedade e natureza, entendendo a importância de conservar as condições do meio para que a qualidade de vida e bem-estar social estejam garantidas, tanto individualmente quanto coletivamente. Tal proposta está pautada, imprescindivelmente, pelo diálogo com o aluno, com sua vivência cotidiana, de tal maneira que o mesmo passe a enxergar o meio onde vive como espaço ao alcance de sua ação.

A postura crítico-reflexiva, paulatinamente adotada no ensino de Geografia contemporâneo e através da concepção de ecocidadania, anuncia a relevância de haver a substituição da predação ao meio ambiente por um conjunto de pensamentos e atitudes sustentável e ecologicamente possíveis, tal como preconiza Soffiati (2008), ao mencionar o processo da ecoeducação na escola contemporânea. A ideia é trazer a proposta da corresponsabilidade com a gestão do espaço, através do ensino, garantindo que os futuros cidadãos do bairro, da cidade e do mundo não sejam descomprometidos com o meio ambiente ao qual estão vinculados, mas o compreendam como o palco de seu cotidiano e que os impactos socioambientais podem e devem ser combatidos também por eles.

Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua corresponsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental. (JACOBI, 2003, p. 192)

Desta feita, tal como afirmam Pereira e Ferreira (2008), ser ecocidadão está para além de garantir um “mundo melhor e feliz”, mas considerar o aspecto da qualidade de vida do ser humano, a qual está atrelada ao cuidado do meio ambiente de forma ativa e corresponsável, comprometimento este que a escola tende (ou, pelo menos, deveria tender) adotar cada vez mais.

O interesse pela questão ambiental está diretamente vinculado ao interesse pela realização integral do indivíduo como ser humano. O pouco caso com a questão ambiental denota o pouco caso com a qualidade de vida. Por isso, é tão importante que o cidadão seja hoje, sobretudo, um ecocidadão. (PEREIRA e FERREIRA, 2008, p. 17)

Souza e Dutra (2011) atribuem aos agentes hegemônicos (políticos e econômicos) a força capaz de ocasionar a crise socioecológica que tem devastado os recursos e, além disso, aumentado as disparidades sociais, políticas e econômicas entre os países. Tal crise se agrava pela prevalência de um pensamento moderno, tecnicista, uma racionalidade instrumental e lógico-formal, as quais persistem em operacionalizar a natureza, excetuando o homem do meio, tornando-a objeto da ação deste último. Deste modo, os autores destacam a necessidade de se propor uma “racionalidade ambiental” (p. 11), abrindo um espaço de diálogo entre os avanços a serem alcançados e os limites do planeta, além da necessidade da qualidade de vida e bem-estar social local e global.

Uma ética sensível aplicada ao conhecimento desenvolvido a partir de uma racionalidade ambiental abre a perspectiva de uma prática política democratizada e efetiva, que resulte em decisões afinadas com os propósitos firmados em torno da preservação da vida dos homens e do ecossistema como um todo. (SOUZA e DUTRA, 2011, p.11)

Assim, é imprescindível compreender o papel da perspectiva ecocidadã na escola, enquanto esta sendo o ambiente de formação inicial dos indivíduos. O fomento a vida social coletiva, a reflexividade e a autonomia no modo de pensar e agir, propondo o princípio da corresponsabilidade e do comprometimento social, permitindo compreender o quão emergente é (re)tratar o processo de ensino-aprendizagem em Geografia sob novas perspectivas, tal como por meio do olhar crítico e reflexivo que advém do movimento pós-moderno da ecocidadania.

3. POR UMA EDUCAÇÃO (AMBIENTAL) CRÍTICA: propondo a ecocidadania

Pode-se afirmar que, no âmbito educacional, sobretudo político-educacional, importantes debates acerca da importância do tratamento das questões que perpassam a interface sociedade-natureza contribuíram para a constituição de uma abordagem muito menos hegemônica e homogênea em relação a visão de mundo (CIDADE, 2001), na escola. O movimento ambientalista, em sua interface pedagógica, teve um especial destaque, especialmente quando se aproximou das teorias que compreendem o movimento educacional, tais como a “freiriana”, segundo Jacobi (2005), a qual apregoava a autonomia, a crítica e a libertação do pensamento, assumindo posturas político-ideológicas que transitam no sentido de oposição aos sujeitos hegemônicos, opondo-se a conjuntura da “sociedade de risco” engendrada pelas forças globalizantes e capitalistas (p. 241).

Isto implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação em uma perspectiva integradora. Observa-se a necessidade de se incrementar os meios e a acessibilidade à informação, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais e informativos de sua oferta, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental. Trata-se de promover o crescimento de uma sensibilidade maior das pessoas face aos problemas ambientais, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle da degradação ambiental (JACOBI, 2005, p. 241).

É importante frisar que a educação ambiental fundou o princípio formativo para a cidadania sustentável, ou ecocidadania, como descrevem Pereira e Ferreira (2008) e Layaargues (2006), tornando-se meta para a sociedade global, a partir das diversas

reuniões em que se convencionou o conjunto de objetivos que poderiam contribuir com a melhoria das condições de vida na Terra (FULSCADO, 1999).

Jacobi (2005) aponta para o fato de que o processo que se articula a partir do eixo transversal da educação ambiental, na formação inicial dos indivíduos, possibilita uma “educação para a cidadania” (p. 243) que, mais uma vez, vai para além da hegemonia e da homogeneização dos discursos engendrados pelos sujeitos políticos e econômicos globais, que “maquiam” a crise socioambiental, regulando a sociedade ao sabor de seus interesses.

Portanto, a educação ambiental, na contemporaneidade, visa a sensibilização, o despertar e a conscientização sobre valores sociais e ambientais, que se perdem diante da lógica sistemática global moderna, a qual tende a homogeneizar enquanto fragmenta e segrega:

Quando nos referimos à educação ambiental, a situamos num contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-se como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos (Jacobi, 2000). O principal eixo de atuação deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença por meio de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Entende-se que a educação para a cidadania trata não só da capacidade do indivíduo de exercer os seus direitos nas escolhas e nas decisões políticas, como ainda de assegurar a sua total dignidade nas estruturas sociais. Desse modo, o exercício da cidadania implica autonomia e liberdade responsável, participação na esfera política democrática e na vida social. Os cidadãos desenvolvem ações de integração social, conservação do ambiente, justiça social, solidariedade, segurança e tolerância, as quais constituem preocupações da sociedade atual. (JACOBI, 2005, p. 243)

A educação ambiental, portanto, faz parte do processo que se desencadeia e caminha no sentido de proporcionar uma transição do pensamento reducionista, objeivista e fragmentário com relação a natureza e ao saber, promovendo posturas emancipatórias no fazer docente e estimulando uma criticidade, reflexividade, autonomia e valorização dos direitos sociais (SOUZA e DUTRA, 2011).

Para a vertente crítica, a educação ambiental precisa construir um instrumental que promova uma atitude crítica, uma compreensão complexa e a politização da problemática ambiental, a participação dos sujeitos, o que explicita uma ênfase em práticas sociais menos rígidas, centradas na cooperação entre os atores. (JACOBI, 2005, p. 244)

Na Geografia, sobretudo a escolar, a educação ambiental e seu movimento de transformação da sociedade, a partir da formação do sujeito, subsidiam ainda mais o entendimento de que esta disciplina em muito contribui com o projeto de cidadania. A partir disto, acredita-se, segundo Carlos (2003), que o ensino de Geografia deve constituir um processo crítico de problemáticas diversas, revelando a essencialidade atual de poder construir conhecimentos, necessários a apreensão da realidade social e ambiental na atualidade, conforme destaca Lache (2012), mencionando o desprendimento da Geografia escolar contemporânea da prática positivista (meramente descritivista e reprodutora do saber) em direção à produção do conhecimento social.

Desta forma, a educação ambiental crítica, enviesada pela perspectiva ecocidadã, fomenta posturas que vão para além de formalidades e tradicionalidades no ensino e no fazer docente contemporâneo. Passe-se a cogitar o diálogo sobre a transmissividade do conhecimento, segundo afirma Vesentini (2008), ao propor a Geografia crítica na escola, de modo que o aluno consiga encontrar conexões entre o que se ensina na escola e o que se apresenta a ele na realidade vivenciada pelo mesmo cotidianamente.

São estas conexões entre escola e vida, cotidiano e sala de aula, que dão o tom da formação de indivíduos capazes de discernirem o mundo em que vivem de modo crítico e reflexivo, não meros reprodutores de práticas transmitidas unilateralmente na escola, sem o prévio cuidado de inserir o aluno no diálogo com estas. Pensar o espaço crítico e socialmente faz parte do dever tanto do ensino da Geografia, como disciplina escolar constada no currículo da educação básica, quanto do eixo transversal da educação ambiental, a qual precisa ser revisitada e entendida como *locus* onde os indivíduos conseguem compreender as questões do cotidiano de forma a construírem posturas socioecologicamente ecocidadãs.

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O ensino e a escola, onde se desenvolvem os sujeitos sociais, precisam ser encarados como um ato e uma instituição social, respectivamente. Ao se fazer isto, ampliar-se-á a visão de currículo, de formação e de prática docente que hoje se evidencia.

A perspectiva socioeducacional da ecocidadania, apesar de ainda necessitar de maiores contribuições teóricas e práticas, apresenta-se como uma possibilidade de avanço para a discussão e, de certo modo, redimensionamento do ensino de Geografia, através da

ótica da educação ambiental. Esse redimensionamento permite a reconfiguração do fazer pedagógico-didático do professor em situação de trabalho, ao entender-se como um profissional de práxis inventiva, inserido numa racionalidade comunicativa, ou seja, em pleno diálogo com os saberes da ação pedagógica e com a realidade da sala de aula, da escola, de seus alunos e do mundo.

A construção do diálogo e de uma perspectiva crítica ao se ensinar e aprender Geografia constitui um desafio trabalhoso, mas que possibilita o avanço de um paradigma tradicional para um paradigma inovador. Deste modo, que a ação docente passa a primar pelo diálogo com o aluno, pela construção do saber e pelo ato de pensar/refletir sua própria ação, deixando de lado a mera transmissão de conhecimento e o fato de se enxergar como único sujeito do processo de ensino-aprendizagem.

Constituir um processo dialógico na Geografia escolar, possibilitando a mediação para a construção da cidadania, é a ferramenta que, de fato, irá fomentar um novo sentido a esta disciplina, abrindo-lhe as possibilidades de compreender a realidade da forma como ela é e não através de um “olho mágico”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1998. 156p.

BOTÊLHO, Lucas Antônio Viana. **O lugar como referência para construção de uma educação ambiental crítica geográfica**: uma análise reflexiva sobre o bairro. Presidente Prudente: Anais do XI ENANPEGE, outubro de 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto. 2003. 144p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2010.

CIDADE, Lucia Cony Faria. Visões de mundo, visões de natureza e formação de paradigmas geográficos. **Terra Livre**, São Paulo, n. 17, p. 99-118, 2º semestre/2001.

FULSCADO, Wladimir C. A Geografia e a Educação Ambiental. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 105-111, jul/dez de 1999.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, mai/ago de 2005.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, março/2003.

LACHE, Nubia Moreno. Pensar o espaço crítica e socialmente. Uma possibilidade de educação geográfica na escola. In: CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; CAVALCANTI, Lana de Souza; CALLAI, Helena Copetti (orgs.). **Didática da Geografia: aportes teóricos e metodológicos**. São Paulo: Xamã. 2012. 255p.

LAYARARGUES, Philipie Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYARARGUES, P. P.; CASTRO, R. C. de (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo, SP: Cortez, p. 72-103, 2006.

MORIN, Edgar, **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
PEREIRA, Denise Scabin; FERREIRA, Regina Brito. **Ecocidadão**. São Paulo, SP: SMA/CEA, 2008. 116 p.

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Frederico Bernardo; LAYARARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço do cidadão**. São Paulo: Cortez, 4. ed. 2008. p. 23-68.

SOUZA, José Fernando V. de; DUTRA, Tônia Andrea H. Alteridade e ecocidadania: uma ética a partir do limite na interface entre Bauman e Lévinas. **Cadernos de Direto**, Piracicaba, v. 11(20), p. 7-22, jan-jun de 2011.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e Interdisciplinaridade. Espaço Geográfico: interface natureza e sociedade. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 43-53, jan/jun de 2003.

VESENTINI, Jose William. **Para uma Geografia crítica na escola**. São Paulo: Editora do Autor, 2008.